

PALÁCIO DO PLANALTO, EM BRASÍLIA, DF, 7 DE MARÇO DE 1997

*Senhora Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso; Senhor Ministro Nelson Jobim; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhora Rosiska Darcy de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Senhoras Parlamentares; Senhoras e Senhores,*

Não é a primeira vez que nós nos juntamos neste dia que é destinado não à celebração, mais do que isso, à rememoração da importância da mulher e da luta pela igualdade e pelos direitos da mulher.

Creio que o trabalho desenvolvido pelo Conselho foi muito produtivo. E isso está resumido aqui, em termos das *estratégias da igualdade*, seguindo as decisões que vêm de longe, notadamente da Conferência de Beijim, e com o compromisso do Governo brasileiro de levar adiante aquelas decisões que foram tomadas em nível internacional.

Mas, mais do que isso, acho que no Brasil de hoje – e já o disse melhor do que eu poderia fazê-lo a Doutora Rosiska – existe um aumento da consciência a respeito da necessidade da mudança de certas formas de comportamento, da mudança de certas decisões, até mesmo

legais e, sobretudo, como mencionou o Ministro Jobim, da criação de condições que permitam a prestação dos serviços necessários para que uma situação de maior igualdade seja efetiva.

Existe maior consciência, mas, sejamos claros, avançou-se menos do que seria necessário. Menos do que seria necessário. Há certos setores da vida brasileira que ainda são muito fechados, e fechados à participação da mulher.

Aqui estão parlamentares deputadas. Não há um deputado. Ou tem algum? Só uma senadora e as deputadas. Mas não há nenhum parlamentar homem. O número de mulheres na vida política é muito pequeno. O poder é muito fechado à participação feminina e isso demonstra um conservantismo que não é mais compatível com a sociedade brasileira.

Evidentemente, isso não se resolve por um ato de vontade do Presidente, nem apenas pela enumeração de objetivos, nem pela vontade dos que aqui estão. É um problema cuja solução depende muito da sociedade. Portanto, se é verdade que houve uma abertura, é verdade que ainda falta caminhar muito para que essa abertura se efetive de maneira concreta.

Digo isso, hoje, com respeito às mulheres, mas poderia dizer até com mais força com respeito aos negros, apesar dos esforços do Governo e da porosidade –sempre uso essa expressão – que quero que o Estado tenha para com os movimentos sociais e para que o Estado possa acolher as demandas desses movimentos. E isso implica uma dupla modificação dos movimentos e do Estado, porque a democracia moderna necessita disso, necessita da extensão dessa rede de organizações não-governamentais que, cada vez mais, vão estar em diálogo ativo com o Governo.

Apesar desse esforço, nós vemos que também na área dos negros os avanços são limitados. Não são limitados por falta da vontade do Presidente da República ou do Governo como tal, nem daqueles que estão liderando esses movimentos. São limitados porque é um processo cultural, é um processo de transformação da sociedade e é, também, um processo que requer uma base material mais ampla, para que se possa

atender às reivindicações que vão se multiplicar – e é natural que se multipliquem – à medida que a sociedade se democratize, que exista um avanço da consciência a respeito dessas questões.

Mas nós ainda não estamos suficientemente preparados nem sequer para entender bem, por exemplo, o que significa ação afirmativa. Há, muitas vezes, uma dificuldade em compatibilizar, e é necessário compatibilizar, a universalização dos direitos e a busca de um equilíbrio em termos das discriminações existentes. Não é fácil. Juridicamente, não é fácil. Democraticamente, não é fácil. Mas o tema está posto e nós vamos ter que, de uma maneira ou de outra, enfrentá-lo, não da maneira mais simplista, quer dizer, cota para cá, cota para lá – não vai resolver –, mas é importante chamar a atenção de que é preciso criar espaços crescentes para que aquelas camadas da população que são discriminadas deixem de sê-lo. E uma das maneiras é colocar o holofote em cima dessas questões, até mesmo se fazendo, às vezes – claro, o Governo não pode, mas os que podem – exigências que não são sequer passíveis de serem atendidas, no momento.

É preciso ter a compreensão desse jogo que permite a transformação da sociedade. É claro que quem está na função de Presidente da República tem que ter essa compreensão e não pode se pôr do lado que vai fazer a pressão, mas entende que tem que haver essa pressão, porque sem essa pressão não haverá a dinâmica necessária e não haverá essa dupla modificação a que me referi, das estruturas estatais e da própria maneira como a sociedade se relaciona com o Estado e como ela demanda essas transformações.

Mas, bem ou mal, sobretudo agora, na questão específica das mulheres, creio que é inegável que houve algum progresso e que maiores progressos estão por vir. Acredito que o fato desse ponto de o Conselho ter apresentado essas *estratégias de igualdade* leva o Governo, agora, a refletir sobre as estratégias e a responder, na medida do possível, a elas.

É claro, e já foi dito aqui também, que um processo de transformação social dessa envergadura, a democratização da sociedade, não se esgota na ação do Governo. É muito mais amplo que isso e depende de modificação da própria sociedade. Mas o Governo estará sempre aber-

to, na medida da nossa influência, para permitir que isso tudo avance. Sobretudo – e o tema foi remarcado pelos que aqui se pronunciaram – nessa perspectiva nova em que a questão dos direitos humanos e a questão da democracia são vistas como algo dinâmico, como algo que implica, necessariamente, maior participação e maior igualdade, são o centro mesmo da questão democrática contemporânea.

Não se trata mais, hoje, por sorte, de fazer o que foi necessário no passado: um esforço imenso para que nós tenhamos, como temos, instituições representativas, para que tenhamos liberdade, para que os partidos políticos atuem com liberdade, para que a imprensa exista com vivacidade. Tudo isso é muito importante e faz parte da democracia. Mas, hoje, aquilo que realmente acrescenta algo a todo esse movimento é, precisamente, essa nova noção da cidadania como incorporação dos setores que estão à margem e como igualdade e como noção de que os direitos humanos são a parte fundamental do que diz respeito à democracia contemporânea.

É, portanto, com esse espírito que, no dia de hoje, nós recebemos essas *estratégias da igualdade* e agradecemos muito o esforço que foi feito pelo Conselho, a acolhida dada pelo Ministro da Justiça. E, agora, caberá a nós, do Governo, espriar essas teses no conjunto do Governo, nos vários Ministérios, e verificar o que pode ser feito e o que não pode ser feito; e caberá àqueles que estão nos Conselhos e os milhões que estão fora de qualquer conselho, de qualquer governo, continuar lutando para que, efetivamente, as palavras passem à ação.

Esse é o desafio mais difícil. É necessário que as palavras sejam corretas, mas é mais necessário ainda que delas derive uma ação consequente.

Eu termino convidando-as e – por que não dizer? – convidando-os também para que, juntos, passemos à ação.

Muito obrigado.